

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2018

1. Informações Gerais

1.1. o Município de Carazinho, entidade de personalidade jurídica, inscrita no CNPJ: 87.613.535-0001-16 de direito público, com sede administrativa na Av. Flores da Cunha, nº 1264, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 10 Secretarias Municipais, 05 Fundos Públicos e o Poder Legislativo. Na administração indireta, por sua vez, é composto por uma fundação e duas autarquias, teve suas atividades no exercício de 2018 amparadas pelas disposições da Lei Municipal nº 8.287 de 18 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2018..

1.2. As ações do Município são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42 de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público Municipal.

1.3. O Balanço Geral do Município é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Referem-se ao exercício de 2018, comparativamente a 2017, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta.

Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 24.197.119,54. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por restituições	R\$ 200,26
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$ 845.293,87
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$ 23.258.482,69
- Outras Deduções de receita	R\$ 93.142,72
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 24.197.119,54

Nota 5 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 4.108.268,54
Repasses concedidos aos órgãos da Administração Indireta	R\$ 139.000,00
Total dos repasses concedidos	R\$ 4.247.268,54

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2018 como fonte de abertura para créditos adicionais. O total utilizado (**R\$ 10.585.628,82**) contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Nota 7 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2018, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2018** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	871.796,50
9.1.1.1.2.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	140.297,15
9.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00
9.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,00
9.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS NÃO VINCULADOS	0,00
9.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	0,00
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	5.930.686,45
9. 1.7.1.8.06.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	83.908,31
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	15.074.996,41
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	1.808.378,91
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	220.215,46
9.1 .7.2.8.99.1.1.00.00.00- (R) DEDUÇÃO COTA-PARTE DAS MULTAS DE TRÂNSITO	200,26

9.1.9.0.99.1.1.06.00.00- (R) DEVOLUÇÕES DE RECEITAS EVENTUAIS	66.640,09
Total das Deduções da Receita Orçamentária	24.197.119,54

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Cabe observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 1.089/2018, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2018, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2018, 25,53% da receita resultante de impostos e transferências.

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 24,22% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Nota 4 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro de 2018:

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	8.295.217,12	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	2.207.935,47	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		7.429.945,94
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		4.006.902,26
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	17.100,18	37.481,52
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	12.760,90	0,00
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	12.011,18	12.299,68
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	318.020,07	316.934,91
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	0,00	0,00
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	897.207,51	897.207,51
2.1.8.8.1.00.00 – VALORES RESTITUÍVES	9.600.196,25	9.602.871,15
.2.1.8.8.2.00.00 – VALORES RESTITUÍVES - INTRA-OFFSS	7.756.629,62	7.758.737,96
Outros recebimentos extraorçamentários	348,13	
Outros pagamentos extraorçamentários		348,13
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	29.117.426,43	30.062.729,06

Balço Patrimonial

Nota 1. Contexto Operacional: o Município de Carazinho, entidade de personalidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 10 Secretarias Municipais, 05 Fundos Públicos e o Poder Legislativo. Na administração indireta, por sua vez, é composto por uma fundação e duas autarquias.

Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: O balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3. Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 26.625.030,63 (vinte e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil e trinta reais e sessenta e três centavos). Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de aproximadamente 8,84%.

Nota 4. Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários, dívida ativa de curto prazo, transferências constitucionais, legais e voluntárias da União ou do Estado e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 77,17% do total de créditos. O restante, correspondente a 22,83% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas redutoras do ativo.

Nota 5. Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2018, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 70.118,46 (setenta mil e cento e dezoito reais e quarenta e seis centavos), sofrendo um decréscimo de aproximadamente 20,08% em relação ao ano de 2017.

Nota 6. VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2018 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 118.982,22 (cento e dezoito mil e novecentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos). Em relação ao exercício anterior, apresentou uma variação positiva de 10,98%.

Nota 7. Imobilizado Bens Móveis e Imóveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos mas divergem aos constantes no inventário geral gerado pelo setor de patrimônio do município. Nos saldos apresentados não consta a realidade em função da não implementação de depreciação, amortização, exaustão ou reavaliação, o qual está previsto para implementação no exercício 2019.

Nota 8. Ativo Intangível: nos Bens Intangíveis estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das ações de governo ou exercidos com essa finalidade. No caso do Município, esta rubrica é composta por softwares desenvolvidos especificamente para atender às necessidades da Administração. O Intangível totalizou R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais) sendo que a integralidade do valor se refere a softwares. Em 2018, o Intangível apresentou um acréscimo de 100% em relação ao exercício anterior, pois o grupo apresentava um saldo zero no ano de 2017.

Nota 9. Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis que totalizaram o valor de R\$ 156.060,15 (cento e cinquenta e seis mil e sessenta reais e quinze centavos). O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo e totalizaram o valor de R\$ 3.528.471,26 (três milhões e quinhentos e vinte e oito mil e quatrocentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos).

Nota 10. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2018, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos no curto e no longo prazo. No curto prazo o município não possui valores lançados, já no longo prazo verifica-se que os empréstimos e financiamentos totalizaram, ao final do exercício o montante de R\$ 11.817.017,14 (onze milhões e oitocentos e dezessete mil e dezessete reais e quatorze centavos). Em relação ao ano anterior houve um acréscimo de 8,53%.

Nota 11. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 2.282.177,62 (dois milhões e duzentos e oitenta e dois mil e cento e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos), representando uma redução de 0,49% em relação ao ano anterior. Já sobre valores de fornecedores e contas a pagar a longo não há valores registrados ao final do exercício.

Nota 12. Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 115.977,70 (cento e quinze mil e novecentos e setenta e sete reais e setenta centavos), com aumento de 27,70% em relação ao ano anterior. Já os valores contabilizados no longo prazo somaram R\$ 89.409,26 (oitenta e nove mil e quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos), com decréscimo de 23,81 % em relação ao ano anterior.

Nota 13. Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo totalizou o valor de R\$ 323.863,59 (trezentos e vinte e três mil e oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), sendo que sofreu um acréscimo de 4,71% em relação ao exercício anterior e

representou, no final do exercício de 2018, 5,94% do passivo circulante. As Demais Obrigações a Longo Prazo não apresentaram valores registrados ao final do exercício.

Nota 14 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 30.490.341,14 (trinta milhões e quatrocentos e noventa mil e trezentos e quarenta e um reais e quatorze centavos), o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 24,36% em relação ao ano de 2017.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tal como o resultado positivo da equivalência patrimonial. Em 2018, os registros nesse item somaram R\$ 15.950.019,72 (quinze milhões e novecentos e cinquenta mil e dezenove reais e setenta e dois centavos), representando um aumento de aproximadamente 1.147 % em relação ano anterior.

Nota 2. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Em 2018, os registros nesse item somaram R\$ 1.142.398,40 (um milhão e cento e quarenta e dois mil e trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), representando uma diminuição de aproximadamente 57,50% em relação ao ano anterior.

Nota 3. Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 30.490.341,14 (trinta milhões e quatrocentos e noventa mil e trezentos e quarenta e um reais e quatorze centavos). Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação de aproximadamente 95,66%.

Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, considerando os pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 14.507.436,87. As transferências correntes recebidas foram incluídas o valor de R\$ 18.614.273,84 referente ao recebimento de recursos extra-orçamentários, e na conta Transferências concedidas acrescentou-se o valor de R\$ 18.624.880,86, referente ao pagamento dos recursos extra-orçamentário, além do acréscimo referente ao repasse concedido para Câmara Municipal de R\$ 4.108.268,54 e repasse concedido para FUNDESCAR de R\$ 139.000,00, totalizando um incremento nesta conta de R\$ 22.872.149,40, gerando um fluxo de caixa de recursos extra-orçamentário de R\$ -4.257.875,56. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e

concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 7ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas) , e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2018, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R\$ -14.417.760,78

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi positivo de R\$2.072.875,09.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.